

História e Totalidade: uma breve análise da concepção histórica de Miguel Reale em sua produção filosófica

History and Totality: a brief analysis of Miguel Reale's historical conception in his philosophical production

Cícero João da Costa Filho¹

Resumo: No campo historiográfico, Reale é visto como um dos integrantes da AIB, um escritor de viés autoritário, se juntando a Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Francisco Campos, escritores que tiveram ideias retomadas pelo governo de Getúlio Vargas. O pensamento político de Reale surge num momento de descrença com as democracias liberais, momento agitado no Brasil que suscitou um extremo nacionalismo, respaldando historicamente a simpatia das elites brasileiras com as ideologias autoritárias. Somam-se a este quadro as alternativas políticas (ainda que saibamos a falta de ideologia política dos partidos políticos brasileiros), que iam do enrijecimento do Estado, onde a soberania nacional era um passo para práticas autoritárias, à *lâ* o conhecido modelo de Maquiavel, viabilizando a dinâmica social por meio da força, até uma proposta de uma sociedade sem Estado, caso do anarquismo, influenciado pela presença de imigrantes italianos em São Paulo, na década de 1920.

Palavras-Chaves: Miguel Reale, História, Filosofia, Estado, AIB

Resumén: En el campo historiográfico, Reale es visto como uno de los integrantes de la AIB, um escritor com sesgo autoritário, junto a Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Francisco Campos, escritores que tuvieron ideas retomadas por el gobierno de Getúlio Vargas. El pensamiento político de Reale surge em um momento de incredulidade com las democracias liberales, um momento agitado em Brasil que dio lugar al nacionalismo extremo, apoyando historicamente la simpatia de las élites brasileños com las ideologias autoritárias. A este cuadro se sumn las alternativas políticas (aunque sabemos la falta de ideología políticas de los partidos políticos brasileños), que iban desde el endurecimiento del Estado, donde la soberania nacional era um passo hacia prácticas autoritárias, hasta el conocido modelo de Maquiavelo, habilitando dinâmicas sociales a través de la fuerza, a una propuesta de sociedad sin estado, como en el caso del anarquismo, influida por la presencia de inmigrantes italianos en São Paulo en la década de 1920.

Palabras clave: Miguel Reale, Historia, Filosofía, Estado, AIB

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará e em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, respectivamente. Realizou os cursos de mestrado, doutorado e dois pós-doutorados pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É autor dos livros *Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX* (1892-1898) (Ed. LCTE, 2016); *Silvio Romero: literatura, raça e política* (1851-1914) (1851-1914) (Ed. Porto de Ideias, 2017); *No limiar das raças: Silvio Romero* (1870-1914) (Ed. Todas as Musas, 2016). *Forças do mal: os prejuízos raciais da figura do judeu na obra integralista de Gustavo Barroso* (1932-1937). (Editora Todas as Musas, 2019). Organizador de *Visões autoritárias: reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil do século XX*, *À margem da História: representações e cerceamento de direitos no Brasil Contemporâneo*. Sobral, CE: Sertão Cult, 2021. E-mail: cicerojoaofilho@gmail.com

De erudição clássica, figura lúcida e poliglota, intelectual atento às questões sociais e políticas do Brasil durante sua longa trajetória intelectual, Miguel Reale é um típico intelectual ornado de um conhecimento humanista e enciclopédico, formado pelas diversas áreas das ciências humanas. É difícil entender sua concepção histórica-historiográfica desvinculada de sua visão filosófica, donde sua imersão no campo mais recôndito da espécie humana, em que a ética e a moral são ferramentas imprescindíveis. Teorias e mais teorias, desde o pensamento clássico da Grécia e de Roma, até, por exemplo, a discordância de um representante do neopositivismo como Bobbio, marcam uma trajetória de obras que chegaram a lhe custar 60 anos de reflexão, refletidas em livros como *Teoria Tridimensional do Direito* (1968) e *Teoria do Direito e do Estado* (1940), o primeiro, de fundamental importância, por segundo o próprio Reale, fora ele o que primeiro reconheceu a fundamentação da ciência jurídica sob a implicação de três elementos, no caso, fatos, valores e normas.

Lendo suas obras, sejam estas preocupadas com as diretrizes históricas ou até que adentram a especificidade da área jurídica, no caso, a análise da norma, questão central para o combate as análises do Direito natural e positivo – estes são coisas distintas - logo fica evidenciado a complexidade e a interpenetração das áreas, a existência de campos que nem sempre se transpõem, exigindo o esforço de compreensão para analisar o assunto em questão, levando muitas vezes a um exercício de fôlego que nem sempre findava, fazendo com que o escritor incorresse a outras áreas, exigindo do mesmo, um rigor metodológico enorme, em busca da formulação do pensamento. Verdadeiro intelectual, inquieto e extremamente lúcido, as ‘fases de pensamento’² de Reale, como este mesmo chegar a afirmar em *Verdade e Conjetura* (1983), podem ter nublado a concepção de um jurista que militou nas hostes integralistas, a favor de posturas totalitárias, mas o que vimos em sua produção intelectual foi um intelectual preocupado com a ‘verdadeira democracia, com a liberdade humana.

Importante figura do pensamento social brasileiro: uma história autoritária?

Miguel Reale é uma figura importante do pensamento social brasileiro. Sua contribuição se deve por ter mudado os parâmetros de análise-investigação-formação da norma jurídica, eixo principal e maior da jurisprudência. Infelizmente o nome de Reale estar ligado ao movimento integralista, surgido em 1932, sob a direção de Plínio Salgado, chefe do movimento. Há uma farta literatura, datada da década de 1970, trazendo

² Aspeamos e colocamos em itálico algumas utilizadas por Miguel Reale, e assim facilitar nossas análises acerca dos problemas colocados. Acreditamos que dessa forma nossas análises fiquem clara e o entendimento do leitor se torna mais fácil.

análises sobre as condições de um fascismo à brasileira (TRINDADE, 1976), reportando as condições históricas do país na adequação de um regime de Estado Forte³. Assim, Reale é um militante fascista, mais um dentre os outros seguidores de um Estado Forte, com uma fala diferente da de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, pois ser Chefe de Doutrina lhe coube a preocupação em conhecer as teorias do direito e do estado, visando conhecer o fenômeno do Poder.

De cultura enciclopédica, tributária que era do classicismo, que passava pela poesia e pelas correntes teóricas de sociologia, antropologia, política, etc, é frutífero entender a visão culturalista empreendida por Reale, para que assim seja possível compreendermos sua postura como teórico importante da AIB, como também, da cultura brasileira e da área do Direito. Extremo conhecedor das teorias filosóficas, que remontam a *Política* de Aristóteles, passando por seus leitores medievais, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, chegando ao ponto onde a esfera intelectual iria sofrer uma abrupta ruptura, Reale, como todo grande intelectual, sofre a influência de Hegel, Kant, e de seus herdeiros, como Lask, Radbruch, Windelband, Scheler, Rickert. Como desdobramento da Teoria dos Valores, Reale será levado ao Culturalismo, acreditando na factualidade, na experiência, na concretização ou inter-relação das particularidades do Direito na experiência, na vida enquanto tal. Outra corrente muito significativa no pensamento de Reale é a Fenomenologia, o que parece ser algo contraditória, mas esse se dá devido a crítica que Reale faz a partição entre sujeito e objeto, tema central da filosofia kantiana. Para o jurista, embora na construção do conhecimento seja de vital importância conhecer as condições de possibilidade deste, Reale vai mais longe, afirma que era preciso investigar as próprias condições do Eu, enveredando por uma visão extremamente complexa, fundamento de seu Culturalismo, onde a *axiologia* e o *personalismo histórico* seria de fundamental importância. Trazemos uma fala de Paim, que tão bem descreve o pensamento de Reale

A meditação filosófica do prof. Miguel Reale iniciou-se privilegiando a política, para depois abranger o direito e, sucessivamente, as diversas esferas da criação humana. Paulatinamente explícita o seu propósito maior: compreender o homem em sua integralidade. Mas a cada aspecto novo que toma do real, encara-o em seu sentido problemático. Desinteressa-se completamente de elaborar um sistema, desde que isto o levaria a impor limites artificiais à sua investigação, que deseja manter aberta e atenta a todas as possibilidades. É óbvio que uma pesquisa de tal amplitude, desenvolvida no curso de aproximadamente seis décadas, não poderia efetivar-se sem pressupostos. O principal deles consiste em procurar manter-se fiel ao ensinamento kantiano de não ultrapassar os marcos da experiência humana. Ainda assim, tomou essa diretriz do mestre de Koenigsberg não no sentido dogmático mas buscando

³ Para uma breve análise sob o panorama em que surgiu a AIB, consultar COSTA FILHO, C. J. DA. Integralismo 'racial': a figura do judeu no projeto nacional brasileiro de Gustavo Barroso. Revista Espacialidades, v. 16, n. 01, p. 126-154, 17 abr. 2020.

adequá-las às circunstâncias contemporâneas, como teremos ocasião de demonstrar nesta exposição (PAIM, 1999, p. 59)

Nesse texto vamos explorar a área onde Reale se mostrava extremo conhecedor, que era no que diz respeito às Teorias científicas. Veremos que sua Teoria histórica abrange ou estar situada numa completude que engloba até particularidades literalmente irracionais, formulando, e, assim, marcando sua concepção histórica. Empreendendo uma investigação científica, Reale nos chama atenção para o equilíbrio das coisas, para um movimento que busca a harmonia. Impactos nesse movimento, tensão ou áreas cinzentas não significam que a História deva ser preterida às outras áreas, pertinentes às ciências naturais. O que acontece é que o modo de se olhar uma ciência do *dever ser* é diferente de uma ciência do ser. A primeira grande questão que podemos apontar é essa: as ciências do ser são, como a Física e a Biologia, conquanto não encontram elementos que alterem seus resultados são sempre os mesmos; já as ciências do *dever ser*, apesar de serem analisadas cientificamente, não necessariamente se explicam por leis universais, porque a história é contraditória, exige o estudo do particular e do geral simultaneamente, do individual e do coletivo, sendo um movimento nem sempre harmônico. Conforme Reale, o que existe é um equilíbrio provisório, pois a história é contraditória como o homem. Aqui Reale incursiona uma empreitada filosófica, nos chamando atenção para a religião, pois somente essa cuida do destino dos povos.

Em *Considerações sobre a História* (1936), vemos um intelectual rechaçando o cânone científico, escutando o interior do homem, sua finitude e suas angústias, fazedor da ciência histórica. Realizando uma verdadeira anatomia da ciência histórica, passando pelas ‘ciências auxiliares’ da Filosofia, Sociologia, Economia, Geografia, etc, Reale considera a História como um movimento que busca a harmonia, porque nem sempre consegue a ‘regularidade única’. A harmonia é o bem maior da História que ao longo do tempo, diante das ‘curvas dos acontecimentos’ revelam, composta pelos ideais de unidade, justiça, paz e ordem. É sob a movimentação que a História se espreita, buscando a harmonia, num caminho incerto e incapaz de ser apreendido em sua totalidade, pois “o racional e o irracional do homem explicam o racional e o irracional da história”. É extremamente interessante a concepção histórica de Reale, considerando o irracional da história, trazendo os elementos espírito e a própria condição da existência humana. Mas, ainda que pulse a alma interior do homem, a História não se faz sem leis, sem ligações dos fatos, sem continuidade ou causas que fazem desses ‘fatos históricos’. Diferente das ciências naturais, a História é a soma de dois mundos, o *do ser* e do *dever ser*. O mundo do ser é o mundo natural, com suas *causas eficientes*, sem variabilidade, gerando os mesmos resultados, ao passo que a História é o mundo do *dever ser*, ou seja, ciência que se faz, que sofre contingências, que depende de cada povo, da interação de outros campos ou áreas do conhecimento.

A ideia é o espírito, sem este a história não pode ser pensada, é o eu, é o que faz perguntar sobre o porquê das coisas (porque se deu/deram os fatos, quem era este ou aquele homem), diante do fato bruto, como apregoa Reale. É digno de atenção, como já mencionamos, a valorização que Reale atribui a interioridade humana, pois o que é a História senão uma ‘ciência’ que procura entender o problema do destino humano com suas múltiplas e angustiosas interrogações? O Eu, o sujeito histórico, com seu espírito (suas ideias) se espreita com ‘fatos brutos’, com o espírito de uma época, com o determinismo do mundo que os cerca condicionando sua forma de pensar, do *mundo do ser* e do *dever ser*, juntamente com a unidade substancial da Filosofia e da Sociologia. A razão pode explicar a ciência, mas não a vida interior do homem, com suas paixões e suas angústias, que segundo Reale denota as angústias do homem apreendido pela história sempre com sua vida imperfeita, angustiada e finita. Parece ouvirmos as leituras existenciais de Nietzsche, Schopenhauer ou Heidegger, apontando a finitude e a frustração deste guiado pela ciência, que no mundo se afastou de si mesmo, porque não apaziguou seu sofrimento, uma vez não ter dado conta da alma humana.

Em Reale a história ganha um caráter profundo, íntimo, ligado que é ao *coeficiente pessoal* num vasto terreno de ‘ideias forças’, exigindo a escolha de qual Teoria guia melhor o homem, no longo movimento onde o objetivo maior é a harmonia, por isso “o sentido profundo de harmonia, que todos nós almejamos alcançar no mundo agitado das ideias-força, parece só poder constituir nosso tesouro de instantes a instantes, como se uma força estranha nos fizesse oscilar, na angústia perene de Tântalo, de um ponto a outro ponto extremo”. (REALE, 1983, p. 25)

A história tem que ser integral (a verdade integral e totalitária), do mundo, não se desvinculando da religião, pois o homem coloca nessa sua potencialidade de sujeito histórico. Quando este longe de suas paixões, na calmaria da vida ‘relaxa seus músculos’, toma conhecimento da harmonia, que vez por outra lhe chega, num movimento constante, está aberta o caminho histórico. A história jamais prescinde da alma humana, das sensações, pois o irracional explica o racional na história. A História lida com o homem, um ser finito, esta não capta este em sua totalidade, daí a “angústia perene do Tântalo” (Ibidem, p. 25). Essa concepção que considera a subjetividade humana, algo que pode parecer ambíguo para um autor conhecedor de diversas Teorias científicas, que iam de Aristóteles a Popper, de Kant a Bergson, premido por sua própria antítese, mostra o ceticismo, o vazo psicológico e espiritual do homem, a visão integral de Reale. Autor que concebe cada ramo do conhecimento imerso no universo maior das ciências – Reale é herdeiro de sistemas filosóficos como os de Kant e Hegel -, divide cada área, uma delas a Filosofia da História, para analisar o caráter científico desta, cabendo-nos entender o universo teórico assimilado por Reale, “o fato é que quanto

mais agimos mais sentimos a saudade desse bem eterno. Os nossos ideais de unidade, de igualdade, de justiça, de paz, de ordem, etc., são modalidades de um único ideal de harmonia, reflexo puro de nossa musicalidade interior, expressão do divino no humano” (Ibidem, p. 25)

As explicações movimentam-se na destreza erudita de Reale, algo inerente à especulação humana que cria a pluralidade das atividades intelectuais, e a História é uma delas. A visão histórica de Reale deve-se ao esquematismo das áreas do conhecimento, algo natural de um intelectual que se debruçou sobre as diversas áreas das ciências sociais, tendo que esboçar os paradigmas da ciência histórica.

A ciência histórica

Como todo grande intelectual, Reale começava por dividir as ciências em ciências do *espírito* e da *natureza*, rechaçando toda e qualquer análise que explicasse o homem à luz do rigor científico como nos moldes das ciências naturais, da visão naturalista. Para o jurista, a história era movimentação e harmonia, embora algumas *regiões cinzentas* fossem uma realidade, mas não se pense que o autor desconsidera a contribuição das ciências naturais que foram importantes nos estudos sociais. O que Reale combate é a visão parcial, a visão das categorias científicas explicando o universo das ciências humanas, por acreditar que o fundamento dessas transcendiam as análises naturais. Na verdade, o método aplicado as ciências sociais é outro, que ainda dada a existência de leis universais, essas se amoldam na particularidade de cada sociedade, de cada cultura. Trata-se de uma totalidade, escreve Reale que o homem é um sujeito complexo, finito e angustiado, porque nunca a explicaremos em sua completude. O homem é um ser finito e angustiado, mas mesmo assim, Reale prima por uma história total, “a história foi escrita da mesma forma fragmentada como se estudou o homem; através de múltiplas facetas isoladas, arrancadas arbitrariamente do homem integral, do homem que é um valor complexo individualizado” (REALE, 1983, 27). Não aceitando jamais a interpretação historicista, embora não desconsidere tal vertente, nem a imutabilidade da história no tempo, Reale conhecia o Positivismo, as interpretações kantianas e hegelianas, considerava até a irracionalidade na história, não no sentido de que à história não era dada nenhuma fórmula de análise, mas sim, de que nenhuma interpretação baseada em leis explicava a complexidade humana. Há sempre algo que transcende o homem, existem fatos ou acontecimentos que não se explicam, somado ao fato de que para Reale, tomado das ciências naturais, nem todos os acontecimentos históricos alcançam os mesmos objetivos que buscam, como fora o caso de Martin Lutero. Tendo sido analisada como uma ciência do ser e não do *dever ser*, “o

que é a história senão o estudo dos fatos fundamentais da humanidade dos atos desenrolados no tempo e no espaço a fim de realizar aquilo que deve ser” (Ibidem, p. 28).

Na ampla visão de Reale, a História tem preocupação diferente da Filosofia, que é pensar o espírito do tempo, a esfera espiritual que viveram os homens; a Sociologia, que com suas leis investiga a sociedade contribuindo para que a História identifique a conexão dos fatos, para daí processar sua investigação, pois a História é a ciência dos fatos singulares no tempo e no espaço. Mas, a História vai além de identificar a história de uma época, é necessário inseri-la num todo, relevando fatores *objetivos* e *subjetivos*. Sempre olhando para o Eu e a liberdade, Reale combate a estreiteza das visões unilaterais, parciais, influenciadas pelo raciocínio positivista, preocupadas apenas como o *mundo do ser*, e não *do dever ser*. Esta é grande tônica da concepção histórico-política de Reale, cabendo-nos uma análise pormenorizada.

A história é formada pelo subjetivo (o eu e suas ideias) e pelo objetivo (o mundo material), que interagindo com aquele jamais lida com um fato bruto, este recebe as impressões humanas, caso contrário, assegura Reale, a história seguiria a lógica de uma ciência natural, não passando de uma ‘filosofia moral’. Com minúcia, Reale vai desenhando o movimento maior das coisas, de sua ‘historiografia integral’, sempre trazendo o homem em sua forma de agir e pensar no carro da história, buscando sempre a harmonia, que alcança a plenitude em Deus, que é a perfeita liberdade. Parece estarmos lendo Hegel, a caminho da realização do espírito (a história como espírito objetivo), filósofo criticado devido seu idealismo, que conforme Reale reduziu a História a uma ‘fenomenologia do espírito’, alusão de Reale a uma das partes da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*.

Considerando a finitude humana, suas inquietações e angústias, Reale rumo suas análises na construção de sua concepção histórica, apontando os fundamentos ou os elementos formadores desta, no caso, as condições objetivas, “se deixássemos de estudar as condições objetivas de lugar e de tempo, as forças individuais e sociais, as instituições, os usos, os fatores étnicos, geográficos, etc., - então a história perderia a sua característica fundamental e específica de estudo de fatos sociais particulares e concretos para se confundir com a filosofia moral” (REALE, 1983, p. 29). A concepção de Reale é de integração dos processos, da soma dos ângulos (econômico, filosófico, sociológico, etc), por isso seu esquematismo, uma verdadeira anatomia da construção do conhecimento histórico.

As ideias não se sustentam sem os fatos, pensar e agir são elementos que estão interligados, uma espécie de antítese onde o resultado não elimina as partes. Não é contraditória a postura histórica de Reale, trata-se de um autor que se imbricou nas particularidades subjetivas por ter conhecimento com inúmeras Teorias do conhecimento, bastando citar apenas a influência de Kant. Veja por exemplo, que em

Considerações Gerais sobre a História desfilam clássicos como Wundt, Levy Bruhl, Weber, Rickert, Windelband, Simmel, Bouglé, Croce, Tilgher, Gentile, Bergson, Langlois e Seignobos, Husserl, destacados intelectuais no campo da História, Sociologia e Filosofia. Afirmava Reale que as visões eram sempre unilaterais, sempre se tomava a parte pelo todo, era preciso uma história integral, em combate ao positivismo, “nada me parece mais absurdo que a história objetiva e definida. A história dos positivistas não é senão uma redução da história à história natural” (Ibidem, p. 26)

Contrapondo-se a Marx e a Engels, por tecerem suas análises a partir da economia, a Ratzel que perscrutava a importância dos deslocamentos humanos, a Gobineau e Demoulinos fincados na “história como sequência de mitos”, a Durkheim por estudar os “problemas do homem e da sociedade como se fossem coisas, ou seja, na funcionalidade objetiva das causas eficientes”, a Comte e a Weber, em sua ótica, homens de visões partidas e sintéticas, assegurava Reale, “não sacrifiquemos a complexidade do espírito humano pelo desejo pequeno de transformar a história em quadros sintéticos, quantificando e delimitando o progresso, como fazem Augusto Comte e Weber” (REALE, 1983, 31)

Compreendendo o pensamento de Spengler para quem as civilizações caminham sempre para o declínio, entendendo-se que estas seguem sempre o mesmo concerto das sociedades civilizadas, Reale discordava do relativista alemão porque a considerar seu pensamento nada existia de comum entre povos (mas, existia a ‘essência dos povos’ alimentando sua Teoria), ressaltava que o parâmetro de análise de Spengler era uma ‘divisão explicativa’. Apesar das diferenças sociais das civilizações, existiam fatos comuns (singulares), imerso no espírito de uma época, que interagiam com os problemas do universo, da vida e da divindade.

Esmiuçando essa lógica, incorremos as teias por demais teórica de um intelectual que concebia a história coberta de conflitos e limitações, porque a história não capta o homem em sua totalidade, por isso suas limitações, “se a história fosse obra imediata e exclusiva de Deus que é a perfeita liberdade, ou se resultasse do determinismo cego da matéria, não haveria constrição. Nas contradições históricas está a liberdade do homem. Elas se verificam nos claros que Deus deixou à liberdade humana” (Ibidem, p. 36). Reale buscava trazer a condição de possibilidade da história, que eram os fatos. Há pensar como Spengler estes fatos seriam sempre os mesmos em todas as sociedades, inviabilizando a análise histórica peculiar de cada sociedade. Uma das conclusões de Reale sobre os fatos históricos era que estes eram concebidos a partir do olhar do observador, que a luz do seu tempo lançava problemas diferentes das gerações anteriores ou futuras.

Enfrentando as singularidades de sua época o homem interferia com sua ideia ao mesmo tempo que por ela era influenciado, equacionando o problema da história e da ciência, porque não dizer, de uma história científica. Se os ideias da geração futura não se transformaram em fatos, estes passavam a ser ideais da geração seguinte, numa espécie de ‘roleta do tempo’, no movimento que apesar de desarmônico, sem regularidade, feitos de equilíbrios provisórios, continuava a ser a história como professora da vida (*magistra vitae*), “apesar de tudo a história ainda continua a ser para muitos espíritos a mestra da vida, e a boa orientação nos quadros gerais da história universal é o pressuposto fundamental para uma boa orientação na história pátria” (Ibidem, p. 38)

Com diversas sociedades (leia-se civilizações), alegava Reale que existia algo de essencial, um fundamento ou substrato, “um estado de espírito fundamental apresentando uma semelhança nas maneiras de ser, de apreciar, de agir, de reagir, de desejar, de querer, etc” (Ibidem, p. 29). Com essa posição Reale chamava atenção para a importância da finitude humana, apelando para a religião,

a angústia eterna do coração humano em procura de uma explicação suprema para a vida, o sentimento de que nós não somos tudo, a consciência de que somos mais que o caniço frágil que se dobra ao vento, a religião não como mero fato social ou como instituição, mas como força espiritual, a religião não penetra no âmago da História? O problema do destino humano é religioso antes de ser filosófico. A história seria simples narração de fatos banais se dentro dela não palpitasse o eterno problema do homem e de seu destino (REALE, 1983, p. 31)

Afirmando que o problema do destino humano é muito mais religioso que filosófico, Reale quer nos dizer que a História não capta a totalidade das coisas, por isso seus desequilíbrios e suas contradições, “olhando do ponto de vista humano, não vejo na história uma harmonia integral; não encontro regularidade única, mas sim equilíbrios provisórios que se formam e desaparecem para mais tarde se recomponem os fatos em novo equilíbrio, em uma contínua mudança e em uma permanente recomposição de equilíbrio. A história, repito, é contraditória como o homem” (Ibidem, 1983, p. 37). Como se não bastasse a valorização pelo homem em sua complexidade, combatendo a estreiteza dos quadros sintéticos de todos aqueles que se prendiam-se a visão naturalista, materialista ou idealista, fugindo da complexidade da História integral pensada por Reale, a História trazia o tom artístico, embebecida do que era de mais belo na atividade do espírito, no caso, a liberdade da criação, que alcançava seu ponto máximo em Deus, no belo. A História dizia Reale tinha sido a *do ser*, precisa ser a *do dever ser*, apontando as ‘causas finais’ para só então seguir seu processo complexo em busca do equilíbrio e da harmonia, apontando os princípios concernentes a esta. Este *dever ser* transcendia o material, as contingências históricas, não basta a factualidade, pois uma obra

histórica é também uma “expressão artística, coeficiente de intuição artística que preenche o vazio que há entre fatos particulares” (Ibidem, p. 30)

Mas, Reale não despreza os fatos objetivos (as ciências da natureza), que sofre a ação humana, um processo dialético, não estanque, uma relação do particular (o homem) com o universal (as leis gerais de sua produção, o caráter geral e sintético). Recorria a Bouglé com a seguinte afirmação: “analisando as explicações históricas vemos que elas sempre implicam, mesmo quando não a formulam, a crença na existência de uma relação constante, e que a narração dos fatos, notas isoladas, não adquirem sentido e unidade senão graças à suposição de certo número de ideias gerais” (Ibidem, p. 33). Concluía com o escritor citado: “não se apreende uma obra histórica somente para procurar fatos; e estas relações não podem ser obtidas sem se recorrer a algum conhecimento psicológico, de um caráter geral e sintético. A afirmação de qualquer relação causal implica o sentimento ou o conhecimento de uma ou de mais leis naturais” (Ibidem, p. 33). Contrário à visão de história do neokantiano Rickert, filósofo preocupado com os problemas da ciência histórica, para quem a História não tinha alicerce científico pela impossibilidade de ser tratada como ciência, dizia que “dessa maneira ele destrói a própria possibilidade da história, pois a conclusão lógica seria o isolamento dos fatos, que de acordo com Croce tentando fugir ao intelectualismo só contribuiu para este, causando um recalque intelectual” (REALE, 1983, p. 33)

Aqui surge o nihilismo de Reale, digamos de outro modo, o ceticismo de um conhecedor de diversas teorias que não acreditava na racionalidade delas, na apreensão plena do homem - e a história serviria para contribuir nessa apreensão -, do conhecimento a partir das visões materialistas ou idealistas. Todas as interpretações de mundo eram unilaterais, ofereciam uma visão parcial, somente a partir de um método histórico integral seria possível a liberdade do angustiado homem na terra, “a história é o homem, e o homem é o finito angustiado de infinito, o imperfeito, o imperfeito procurando erguer-se até ao perfeito, o *uno* e o *múltiplo*” (Ibidem, p. 35). As interpretações de Weber e suas divisões sociais, Comte com seu espelho de modelar o homem de um fisiologismo social, Marx e Engels como suas leituras reduzidas a economia, Gobineau, Lapouge e Demolins, foram teóricos de uma superestrutura, ou melhor, teceram suas considerações de forma determinista, uma história escrita de forma isolada e fragmentada. Nenhum elemento, seja ele a raça, a economia, a geografia, as civilizações, sugere uma história integral, que era em sua ótica a história a ser narrada, “o erro consistiria em tomar a parte pelo todo, transformando as conclusões obtidas em fundamento do mundo do dever ser” (Ibidem, p. 27). Curioso é que pode parecer que haja por parte de Reale um desprezo pelas teorias científicas, na verdade é que para o mesmo o método das ciências

naturais (*do ser*) só contribuem para a ciência histórica quando somados as ciências da liberdade ou do espírito (*do dever ser*), formando e caracterizando uma *visão integral*,

Ora, na história necessário é aplicar um processo integral. Em verdade que é a história senão o estudo dos fatos fundamentais da humanidade, dos atos desenrolados no tempo e no espaço a fim de realizar aquilo que deve ser? E para realizar o que deve ser, não atua o homem no que é, não se contrapõe ao que existe? Não se afirma contra ou a favor do que é? O homem se serve dos conhecimentos obtidos no determinismo do mundo objetivo para realizar os fins que a sua subjetividade livremente estabelece (Ibidem, p. 28)

Reale valoriza o interior do homem, sempre finito, por combater as visões unilaterais, elaboradas ora sob a visão materialista que epistemologicamente era insustentável por desconsiderar a subjetividade, ora de idealistas que desconsideravam as condições objetivas da história (costumes, leis, sociedade, estado). Com essa visão, Reale traz a soma tanto dos elementos subjetivos (a história é uma ciência do espírito, da alma), como as condições objetivas, aquelas sem as quais a história não é possível, pois o “o homem se serve dos conhecimentos obtidos no determinismo do mundo objetivo para realizar os fins que a sua subjetividade livremente estabelece” (Ibidem, p. 28)

As ciências humanas, com seus métodos de inferência logravam sempre os mesmos resultados, desconsiderou-se a ‘psicologia individual’ juntamente com a ‘psicologia coletiva’ e a ‘consciência nacional’, “todos fatores que por si sós não explicam a história, mas sem os quais a história não se explica” (REALE, 1983, 31). A história era para Reale a soma, integração, não era a simples justaposição de uma vertente de análise com outra, pois “a verdade está na integração das observações particulares da realidade concreta” (Ibidem, p. 31). Para sanar a complexidade do conhecimento histórico, Reale defendia a integridade ou a complexidade do conhecimento histórico, nunca perdendo de vista as particularidades do sujeito,

façamos a história dos homens na inteira complexidade de seus fatores múltiplos, refletindo ideias e sentimentos, tendências e vontades, considerando a atuação conjugada de todos os motivos, religiosos, éticos, éticos, econômicos, etc), criador da história, de um fato que jamais é totalmente bruto, criando fontes históricas, com questionamentos do tipo porque se deu tal acontecimento, que buscavam seus líderes, por isso é que “a história, por conseguinte, envolve um estudo dos ideais formulados pelo homem e das vontades que os quiserem efetivar” (Ibidem, p. 29)

Essa passagem lembra uma inquietação de Marc Bloch em sua *Apologia da História* (2002), quando este chama atenção quando nos diz que onde fareja carne humana lá estar a história, querendo dizer que é o

sujeito que constrói a história, este ver um objeto que logo pode se transformar em importante fonte histórica.

A liberdade para Reale é fundamental, liberdade esta que participa do fazer da História, que tem por fim o *dever ser*. Construindo uma ciência histórica por demais esquemática, Reale erige cinco pontos de sua Teoria histórica, sem esquecer as contradições dessa, fruto das limitações de uma ciência que não apreende o homem em sua totalidade, “com efeito, a contradição só existe onde há liberdade, interferência transformadora ou criadora da ideia. Porque somos livres e imperfeitos é que a história apresenta contradições. Se a história fosse obra imediata e exclusiva de Deus que é a perfeita liberdade, ou se resultasse do determinismo cego da matéria, não haveria contradição. Nas contradições históricas está a liberdade do homem. Elas se verificam nos claros que Deus deixou à liberdade humana...” (Ibidem, p. 36)

Ao historiador cabia entender o papel da filosofia, anunciadora do espírito da época, área preocupada com a “linha geral de desenvolvimento”; à sociologia caberia fixar as leis condicionadoras (a fundamentação ou os porquês do surgimento deste fato histórico e não daquele); à filosofia da história cabia pressupor o conhecimento das leis sociológicas, econômicas, antropológicas, antropogeográficas, jurídicas etc. Os pilares da ciência histórica conforme Reale conforme mencionamos eram

- 1º.) a interferência da ideia, a arbitrariedade decorrente de nosso livre poder de querer e de agir
 - 2º.) o determinismo do mundo objetivo condicionando a nossa liberdade
 - 3º.) o mundo do ser e as causas eficientes
 - 4º.) o mundo do dever ser e as causas finais
 - 5º.) a unidade substancial filosófica e sociológica na multiplicidade dos fatos particulares
- (REALE, 1983, p. 31-32)

Com todo esse esquematismo não se pense que Reale acreditava que a história explicava o mundo, pois nem tudo do passado sofria continuidade, a história não tornava inteligível todo o passado devido as *regiões cinzentas*, os ideais de um povo passado que não foram alcançados seriam os anseios da geração seguinte, quando de novas necessidades de novos tempos. Diante de suas limitações, contradições e impotência para apreender o homem, dizia Reale que a História continuava sendo a mestra da vida, com uma singularidade, a de uma história integral, que capta a complexidade dos processos

Penso que as considerações feitas bastam para esclarecer o que denomino concepção integral da história, cujo mérito consiste em possuir um método totalitário que procura sempre o complexo das causas, a ação dos múltiplos fatores, uns relativamente a outros; em reconhecer que não é possível escrever a história julgando os acontecimentos de um ciclo

qualquer sem dar atenção aos ideais nele atuantes; em não admitir a possibilidade de traçar leis simples fixando o ritmo ou as frases do progresso; em atribuir um mero valor explicativo às leis referentes a ciclos ou as fases, usando dentro desta ressalva expressões como “movimento unidirecional, assintótico, irreversível” etc, ou então “ periodicidade de fases, *corsi* e *ricorsi* e outros semelhantes”; em confessar que o imprevisto é também uma constante da história; em dizer que o desejo incoercível de absoluto explica o progresso ininterrupto, o qual porém, não se processa regular e mecanicamente; em verificar que na história há mudança, há imprevisto, há revoluções; que através das mutações se descobre a permanência dos valores absolutos do espírito e da ordem moral que não podem ser reduzidos ao processo histórico; em admitir a existência de uma pluralidade de civilizações com um método, a fim de pôr em realce certas características históricas predominantes e fundamentais; em estudar ao mesmo tempo ação dos indivíduos, dos grupos e das sociedades como agentes da história; em reconhecer no evoluir dos acontecimentos o coeficiente representado pela liberdade humana; em explicar os fatos segundo as leis causais das ciências naturais e as leis finais da ética; em não descuidar do estudo das condições objetivas do meio ambiente e em não procurar fora da história explicações que a própria história possa dar (Ibidem, p. 34-35)

Diante dessa visão, parece que Reale é contraditório em alguns pontos, como na explicação dos fatos a partir do método das ciências naturais, contrariando renomados epistemólogos. Reconhecer a liberdade humana nas teias do conhecimento não era algo simples na construção da ciência histórica, visto que a História tratava dos fatos singulares de um povo, feita por ideias singulares de cada época, que no caminho do progresso não existia fases ou ciclos, mas sim imprevistos, por isso o progresso ininterrupto, dada uma história não regular e mecânica. Tratava-se de um processo complexo e minucioso, porque trazia a participação do ‘coeficiente humano’, preso aos valores absolutos do espírito e da ordem moral, somado as condições objetivas do meio ambiente. Diante de tudo isso, que não buscasse fora da história as explicações cabíveis a esta. Assim marchava a história, sempre em movimento, coberta de instabilidade para o ideal maior da harmonia, o ‘desejo incoercível do absoluto’, a imagem e semelhança do belo, como a verdadeira divindade.

Referências

Fontes e Bibliografia

BLOCH, Marc. *Apologia à História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

COSTA FILHO, Cícero João da. *Integralismo e Teoria Política*: Miguel Reale e sua análise sobre o Estado, Poder, Direito e Sociedade (1931-1960). Relatório de Pós-doutorado. São Paulo: FFLCH, 2021.

____Integralismo ‘racial’: a figura do judeu no projeto nacional brasileiro de Gustavo Barroso. Revista Espacialidades, v. 16, n. 01, p. 126-154, 17 abr. 2020.

____Miguel Reale: integralismo, teoria do estado, história, direito e filosofia. In: Dayse Marinho Martins; Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus. (Org). *História e historiografia: novos problemas, novas abordagens e novos objetos*. 1º. Ed. Rio de Janeiro: Libroe, 2021, V. 1, pp. 195-240

PAIM, Antônio. A Obra Filosófica de Miguel Reale. In: *Miguel Reale: bibliografia e estudos críticos*. Salvador: Centro de documentação do Pensamento Brasileiro, 1999.

REALE, Miguel. *Obras Filosóficas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

Recebido em 22 de fevereiro de 2023 aceito para publicação em 29 de março de 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.